

***Terminal Químico de  
Aratu S.A. - Tequimar***

*Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2020 e  
Relatório dos Auditores  
Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras*

KPMG Auditores Independentes

# Conteúdo

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>1 - 4</b>
<b>Balancos Patrimoniais .....</b>	<b>5 - 6</b>
<b>Demonstrações de resultados .....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes.....</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>9 - 10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....</b>	<b>11 - 12</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado .....</b>	<b>13</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>14 - 66</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Terminal Químico de Aratu S.A.- Tequimar  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal Químico de Aratu S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal Químico de Aratu S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Avaliação do valor recuperável do ágio

Veja a Nota 12.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Companhia é requerida a efetuar anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura (“goodwill”). A aquisição das operações da União Terminais e Temmar, resultou em reconhecimento de ágio no montante de R\$ 254.870 mil, conforme divulgado na nota explicativa 12.a, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente.</p> <p>A avaliação de necessidade ou não de redução do valor recuperável é suportada por estimativa de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração da Controladora Ultrapar Participações S.A. , que são baseados em metodologias e premissas que envolvem julgamento, tais como: taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos . As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado</p> <p>O processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação de valor recuperável de tais ativos envolve complexidade, julgamento e incerteza, e eventuais alterações efetuadas no referido cálculo podem impactar as demonstrações financeiras. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos a identificação e mensuração do valor recuperável da unidade geradora de caixa onde o ágio está alocado.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da metodologia adotada pela Companhia e as premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, comparação com informações históricas e teste da precisão aritmética das formulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado.</p> <p>Avaliação da análise de sensibilidade das premissas significativas e comparação com os orçamentos aprovados no período anterior com os valores reais apurados no exercício corrente.</p> <p>Comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com o valor contábil e avaliação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável,

e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Março de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe  
Contador CRC 1SP233011/O-8

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	31.022	19.550
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	3.b	38.999	45.083
Contas a receber de clientes	4	33.198	34.714
Estoques		7.756	6.085
Tributos a recuperar	5	10.177	28.824
Demais contas a receber		1.975	1.136
Despesas antecipadas	8	16.336	3.737
Total do ativo circulante		<u>139.463</u>	<u>139.129</u>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	3.b	3.418	3.426
Sociedades relacionadas	6.a	35.000	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	20.916	7.604
Tributos a recuperar	5	16.576	7.285
Depósitos judiciais	18	6.864	7.574
Demais contas a receber		141	141
Despesas antecipadas	8	1.082	260
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>83.997</u>	<u>26.290</u>
Investimentos			
Controladas	9.a	201.710	157.360
Empreendimento controlado em conjunto	9.b	7.734	7.342
Outros		1.070	1.070
		<u>210.514</u>	<u>165.772</u>
Ativos de direito de uso	10	301.968	304.675
Imobilizado	11	1.032.185	954.948
Intangível	12	263.937	259.933
		<u>1.598.090</u>	<u>1.519.556</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.892.601</u>	<u>1.711.618</u>
Total do ativo		<u><u>2.032.064</u></u>	<u><u>1.850.747</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

### Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	13	48	9.625
Debêntures	13.d	513	513
Fornecedores nacionais	14	74.531	32.245
Salários e encargos sociais	15	39.041	28.699
Obrigações tributárias	16	7.560	9.670
Dividendos propostos a pagar	19.e	132	6.268
Imposto de renda e contribuição social a pagar		12.021	8.068
Benefícios pós-emprego	17.b	251	231
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	1.143	1.281
Arrendamentos a pagar	10.b	12.710	10.035
Termo de Ajustamento de Conduta a pagar	18.b.1	22.411	44.971
Seguros a pagar		14.918	4.006
Demais contas a pagar		5.330	4.010
		<u>190.608</u>	<u>159.622</u>
Total do passivo circulante			
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos	13	-	7.473
Debêntures	13.a; 13.d	92.028	89.462
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	8.774	8.952
Benefícios pós-emprego	17.b	1.548	4.489
Arrendamentos a pagar	10.b	297.692	294.137
Adiantamento de clientes		49.126	47.111
Demais contas a pagar		1.736	2.187
		<u>450.904</u>	<u>453.811</u>
Total do passivo não circulante			
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19.a	786.129	771.362
Instrumento patrimonial outorgado	19.b; 6.c	875	373
Reservas de lucros	19.c	573.781	442.004
Reserva de capital	19.c	31.175	22.968
Ajuste de avaliação patrimonial	2.n;19.d	(1.408)	(1.884)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	2.491
		<u>1.390.552</u>	<u>1.237.314</u>
Total do patrimônio líquido			
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.032.064</u>	<u>1.850.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita líquida de serviços</b>	20	644.177	540.758
Custos dos serviços prestados	21	<u>(273.428)</u>	<u>(266.241)</u>
<b>Lucro bruto</b>		370.749	274.517
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com vendas e comerciais	21	(7.278)	(8.684)
Reversão estimadas de créditos de liquidação duvidosa	4	370	88
Gerais e administrativas	21	(126.620)	(127.968)
Resultado na venda de bens	22	(1.433)	(807)
Outros resultados operacionais, líquidos	23	<u>5.054</u>	<u>(61.835)</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u>240.842</u>	<u>75.311</u>
Equivalência patrimonial	9	<u>(2.234)</u>	<u>4.070</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>		238.608	79.381
Receitas financeiras	24	2.615	12.696
Despesas financeiras	24	<u>(38.449)</u>	<u>(12.236)</u>
Resultado financeiro líquido	24	<u>(35.834)</u>	<u>460</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		202.774	79.841
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	7.b;7.c	(60.851)	(43.921)
Diferido	7.b	<u>12.828</u>	<u>(1.067)</u>
		<u>(48.023)</u>	<u>(44.988)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>154.751</u>	<u>34.853</u>
<b>Lucro líquido por ação do capital social - R\$</b>		2,0528	0,4623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro líquido do exercício		154.751	34.853
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	19.b	37	14
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Ganhos (perdas) atuariais de benefício pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.n;19.d	439	(1.639)
Resultado abrangente do exercício		<u>155.227</u>	<u>33.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
				Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>762.556</b>	<b>70</b>	<b>23.598</b>	<b>38.390</b>	<b>385.656</b>	<b>(259)</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>1.210.051</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	34.853	34.853
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	14	-	-	14
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, liquidas de imposto de renda e contribuição social	2.n;19.d	-	-	-	-	-	(1.639)	-	-	(1.639)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(1.625)	-	34.853	33.228
Aumento de capital com reservas	19.a;19.c	8.806	-	(8.806)	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	19.b	-	303	-	-	-	-	-	-	303
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(40)	-	(40)
Destinação do resultado líquido:										
Reserva legal	19.c	-	-	-	1.742	-	-	-	(1.742)	-
Reserva para retenção de lucros	19.c	-	-	-	-	16.192	-	-	(16.192)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	7.c;7.d	-	-	8.176	-	24	-	-	(8.200)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,001204 por ação ordinária e R\$ 0,613948 por ação preferencial)	19.e	-	-	-	-	-	-	2.491	(8.719)	(6.228)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>771.362</b>	<b>373</b>	<b>22.968</b>	<b>40.132</b>	<b>401.872</b>	<b>(1.884)</b>	<b>2.491</b>	<b>-</b>	<b>1.237.314</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
				Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>771.362</b>	<b>373</b>	<b>22.968</b>	<b>40.132</b>	<b>401.872</b>	-	<b>(1.884)</b>	<b>2.491</b>	-	<b>1.237.314</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	154.751	154.751	
Outros resultados abrangentes:												
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	19.d	-	-	-	-	-	-	37	-	-	37	
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	2.n;19.d	-	-	-	-	-	-	439	-	-	439	
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	476	-	154.751	155.227	
Aumento de capital com reservas	19.a;19.c	14.767	-	(14.767)	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumento patrimonial outorgado	19.b	-	502	-	-	-	-	-	-	-	502	
Regularização da reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	(2.491)	-	(2.491)	
Destinação do resultado líquido:												
Reserva legal	19.c	-	-	-	7.738	-	-	-	-	(7.738)	-	
Reserva para retenção de lucros	19.c	-	-	-	-	93.028	-	-	-	(93.028)	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	7.c;7.d	-	-	22.975	-	-	-	-	-	(22.975)	-	
Dividendos a pagar para ações ordinárias (R\$ 0,362122 por ação)	19.e	-	-	-	-	-	22.199	-	-	(22.199)	-	
Dividendos a pagar para ações preferenciais (R\$ 0,625702 por ação)	19.e	-	-	-	-	-	8.811	-	-	(8.811)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>786.129</b>	<b>875</b>	<b>31.176</b>	<b>47.870</b>	<b>494.900</b>	<b>31.010</b>	<b>(1.408)</b>	-	-	<b>1.390.552</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		154.751	34.853
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Equivalência patrimonial	9	2.234	(4.070)
Amortização de ativos de direito de uso	10	19.482	20.674
Depreciações e Amortizações	11; 12	63.224	57.011
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	11; 12	3.627	3.362
Provisão Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	23	-	65.539
Juros e variações monetárias		26.687	11.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	(12.828)	1.067
Resultado na venda de bens	21	1.433	807
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	4	(370)	(88)
Provisão para benefício pós-emprego	17	(2.132)	74
Instrumento patrimonial outorgado	6.c	502	303
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(316)	1.557
Amortização de mais valia	9	1.053	1.053
Dividendos recebidos		-	2.057
Outros		(1.125)	(147)
		<u>256.222</u>	<u>195.130</u>
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante</b>			
Contas a receber de clientes	4	1.886	2.513
Estoques		(1.671)	(520)
Tributos a recuperar	5	18.647	(18.722)
Demais contas a receber		(839)	10.520
Despesas antecipadas	8	(12.599)	6.331
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>			
Fornecedores nacionais		42.286	(18.718)
Salários e encargos sociais	14	10.342	2.923
Obrigações tributárias	15	(2.110)	560
Imposto de renda e contribuição social		47.733	38.937
Benefícios pós-emprego	17.b	20	(2.177)
Termo de Ajustamento de Conduta a pagar		(22.560)	(35.568)
Demais contas a pagar		12.232	(21.074)
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>			
Tributos a recuperar	5	(9.291)	(5.702)
Depósitos judiciais	18	710	(1.602)
Despesas antecipadas	8	(822)	47

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>Aumento (diminuição) no passivo não circulante</b>			
Benefícios pós-emprego	17.b	(144)	(620)
Demais contas a pagar		1.564	23.577
Imposto de renda e contribuição social pagos		(43.780)	(33.014)
Pagamento de contingências	18	-	(432)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>297.826</u>	<u>142.389</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	3.b	12.629	(11.168)
Aporte de capital em controlada	9.a	(48.000)	(50.258)
Aquisição de imobilizado	11	(143.588)	(203.779)
Aquisição de intangível	12	(5.582)	(617)
Receita com a venda de bens		2.069	605
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<u>(182.472)</u>	<u>(265.217)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Financiamentos			
Captação	13	-	89.308
Amortização	13	(17.780)	(10.014)
Juros pagos	13	(6.720)	(1.868)
Contraprestação de arrendamento mercantil	10	(35.755)	(29.932)
Dividendos pagos	19.e	(8.627)	(22.370)
Sociedades relacionadas	6.a	(35.000)	-
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<u>(103.882)</u>	<u>25.124</u>
<b>Diminuição em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>11.472</u>	<u>(97.704)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	3	19.550	117.254
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	3	31.022	19.550
<b>Transações sem efeito caixa:</b>			
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	10	16.938	-
Fundo de reversão - previdência privada		3.341	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	31/12/2020	%	31/12/2019	%
<b>Receitas</b>					
Receita bruta de serviços	20	742.551		625.039	
Abatimentos e descontos	20	(573)		-	
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	4	370		88	
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	22; 23	3.621		(62.642)	
		<u>745.969</u>		<u>562.485</u>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(184.834)		(169.563)	
Recuperação de valores de ativos		(114)		4	
		<u>(184.948)</u>		<u>(169.559)</u>	
<b>Valor adicionado bruto</b>		<u>561.021</u>		<u>392.926</u>	
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações	10; 11; 12	(82.706)		(77.685)	
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação		(3.627)		(3.362)	
		<u>(86.333)</u>		<u>(81.047)</u>	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela sociedade</b>		<u>474.688</u>		<u>311.879</u>	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela sociedade</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.234)		4.070	
Receitas financeiras	24	2.615		12.696	
		<u>381</u>		<u>16.766</u>	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>475.069</u>		<u>328.645</u>	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>					
Pessoal e encargos		166.800	20	137.562	42
Impostos, taxas e contribuições		141.268	36	140.908	42
Despesas financeiras e alugueis		12.250	4	15.322	5
Dividendos		31.010	8	8.719	3
Lucros retidos		<u>123.741</u>	<u>32</u>	<u>26.134</u>	<u>8</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>475.069</u>	<u>100</u>	<u>328.645</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 1 Contexto operacional

O Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Sociedade”) está domiciliado no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a operação dos terminais de líquidos que requerem manuseio especial.

A Sociedade opera no Porto de Aratu no Estado da Bahia, no Complexo Industrial Portuário de Suape no Estado de Pernambuco, nos terminais de Santos no Estado de São Paulo, no terminal do Estado do Rio de Janeiro, no terminal de Itaqui no Estado do Maranhão e no terminal de Paranaguá no Estado do Paraná com participação de 50% na União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”).

A capacidade instalada da Sociedade totaliza 837.677 m<sup>3</sup> em 31 de dezembro de 2020.

### a. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Ultrapar constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia.

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Sociedade atuou em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira. Todas as atividades da Sociedade são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia.

A Sociedade adotou com agilidade o regime de *home office* para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, as empresas praticaram diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como *lives* direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas.

Por meio de um comitê multidisciplinar, foi estruturado um plano de retomada gradual para a volta dos colaboradores das áreas administrativas aos escritórios, a partir da adequação dos locais de trabalho através de inúmeras medidas preventivas e intensificação da limpeza e segurança, conforme as orientações dos governos estaduais e municipais e entidades de saúde.

Com o objetivo de preservar o compromisso de manter os colaboradores nos respectivos postos de trabalho e mitigar os impactos da crise, a Sociedade se adaptou às flexibilizações trabalhistas anunciadas pelo governo, como redução de jornada e/ou de salário, suspensão de contratos e reorganização do plano de férias, conforme necessidade.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades das controladas em operação, garantindo a entrega dos serviços essenciais para a população e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros.

Permanece incerto até que ponto as informações financeiras, após 31 de dezembro de 2020, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta a crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade e de suas controladas.

### **Impactos operacionais**

As restrições à movimentação de pessoas e a operação de certos negócios impactaram de forma significativa a atividade econômica no Brasil.

A Sociedade registrou maior movimentação de combustíveis e maiores contratações spot, principalmente em função da maior capacidade estática média fruto da entrada em operação das expansões realizadas em Itaqui nos últimos doze meses. Adicionalmente, as medidas de ganho de produtividade e a recuperação de créditos fiscais implementadas contribuíram para a melhora de resultados.

### **Principais riscos e medidas associadas**

Risco de redução ao valor recuperável de ágios e intangíveis de vida útil indefinida – a Sociedade revisou as projeções utilizadas nos testes de redução ao valor recuperável de ágios e ativos alocados às unidades geradoras de caixa, considerando os impactos atuais da pandemia. A revisão não resultou na necessidade de reconhecimento adicional de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2020.

Risco de realização de ativos fiscais diferidos – a Sociedade revisou a constituição e a realização de créditos fiscais diferidos, considerando as projeções atuais revisadas para cada segmento de negócios em decorrência da pandemia, e não identificou necessidade de baixas para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

Riscos em instrumentos financeiros – o aumento da volatilidade nos mercados financeiros poderá impactar os resultados financeiros conforme análises de sensibilidades apresentadas na nota explicativa nº 27.

A administração da Sociedade manteve a disciplina no controle de custos e despesas para preservação de caixa em todos os negócios e a seletividade na alocação de capital. Com isso, a Sociedade teve um ano de forte geração de caixa operacional contribuindo para a redução da alavancagem.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

A Sociedade não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pois não possui instrumentos de dívida ou patrimônio negociados em mercado aberto e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis em um órgão regulador visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto. Adicionalmente, a Sociedade é controlada integral da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), a qual divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas ao público e junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 24 de fevereiro de 2021.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

### ***a. Apuração do resultado***

A receita de serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho.

As receitas de serviços prestados de armazenagem são reconhecidas no resultado em função da sua realização. O custo dos serviços prestados inclui o custo de armazenamento. As aberturas das receitas de serviços prestados estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de resultado financeiro, demonstradas na nota explicativa nº 24.

### ***b. Caixa e equivalentes de caixa***

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 3.a para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade.

### ***c. Ativos financeiros***

A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação, quando aplicável. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 27.

### ***d. Contas a receber***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito (vide nota explicativa nº 4 e 27.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, ou (ii) para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes, levando-se em consideração as características dos clientes. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

### ***e. Estoques***

Os estoques mantidos pela Tequimar se referem substancialmente a estoques para manutenção. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

#### ***f. Investimentos***

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide nota explicativa 9.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 9.b). Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

#### ***g. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar***

A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 10). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

A Sociedade aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

#### ***h. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 11).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

#### ***i. Intangível***

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UCG”), os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 12.a).

- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software* e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração sua vida útil, e são revisados anualmente.

A Sociedade não tem contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade possui ágios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 12.a).

### ***j. Demais ativos***

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

### ***k. Passivos financeiros***

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações, e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos e debêntures são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 13.f).

### ***l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 7.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

***m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 18).

***n. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 17.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

***o. Adiantamento de clientes e demais contas a pagar***

Os adiantamentos de clientes e demais contas a pagar são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos para construção de tanques em expansões e serão amortizados pela prestação de serviços.

***p. Transações em moeda estrangeira***

As transações da Sociedade realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

***q. Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

***q.1 Julgamentos***

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na determinação de controle de sociedades controladas e na determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f e 9).

#### ***q.2 Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 3, 13 e 27), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 4 e 27.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (nota explicativa nº 2.e), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.l e 7.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.g e 10), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 11), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 12), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.m e 18) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.n e 17.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

#### ***r. Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados.

***s. Combinação de negócios***

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve combinações de negócios.

***t. Despesas antecipadas***

A Sociedade apresenta como despesas antecipadas os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à Sociedade ocorrerão posteriormente.

***u. Demonstrações de valor adicionado***

A Sociedade elaborou, de maneira voluntária, as demonstrações do valor adicionado, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

***v. Demonstrações dos fluxos de caixa***

A Sociedade apresenta os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos, e apresenta nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

***x. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC***

Não existem normas, emendas às normas e interpretações emitidos pelo CPC que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que não tenham sido adotadas pela Sociedade.

***y. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras***

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião de Diretoria da Sociedade, em 30 de março de 2021.



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção**

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 27 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 73.439 em 2020 (R\$ 68.059 em 2019) e estão distribuídos conforme abaixo:

#### ***a. Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalentes de caixa da Sociedade estão apresentados conforme abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	10.575	5.861
Em moeda estrangeira	-	2.353
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa		
Em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	20.447	11.336
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>31.022</u>	<u>19.550</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)****b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção***

As aplicações financeiras da Sociedade, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional		
Títulos e fundos de renda fixa	38.999	47.925
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	<u>3.418</u>	<u>584</u>
Total de aplicações financeiras	<u>42.417</u>	<u>48.509</u>
Circulante	38.999	45.083
Não circulante	3.418	3.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 27.i).

**4 Contas a receber de clientes**

A composição das contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Clientes nacionais	30.036	32.247
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6.a)	3.395	1.847
Clientes estrangeiros	1.398	2.621
( - ) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.631)</u>	<u>(2.001)</u>
	<u>33.198</u>	<u>34.714</u>

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				> 180 dias
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	
<b>31/12/2020</b>	34.829	25.323	2.851	2.365	2.259	760	1.271
<b>31/12/2019</b>	36.715	27.161	7.727	26	135	53	1.613

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	Vencidos					
		A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	
<b>31/12/2020</b>	1.631	-	-	-	-	-	1.631
<b>31/12/2019</b>	2.001	-	-	-	-	-	2.001

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.001
Reversões	(370)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.631</u>

Para maiores informações sobre as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 26.d.3).

**5 Tributos a recuperar**

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do IRPJ e da CSLL.

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS (2)	16.721	26.322
IRPJ e CSLL (1)	10.018	9.772
Outros	<u>14</u>	<u>15</u>
Total	<u>26.753</u>	<u>36.109</u>
Circulante	10.177	28.824
Não circulante	16.576	7.285

<sup>(1)</sup> Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 1 anos.<sup>(2)</sup> O saldo refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R\$ 16.721 (R\$ 26.322 em 31 de dezembro de 2019), cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**6 Partes relacionadas**

**a. Sociedades relacionadas**

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Operações comerciais			Transações		
	Mútuos (2)	Contas a receber (1)	Demais contas a receber	Fornecedores (1)	Receita	Despesas
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	-	-	3	-	443
Companhia Ultragaz S.A.	-	-	-	140	-	2.162
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	-	-	-	-	55.829	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	-	645	-	-	20.162	-
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	-	1.320	-	-	15.790	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	390	-	73	43.665	651
TEAS - Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	-	-	-	620	-	-
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	35.000	1.010	-	-	1.010	-
Serma - Assoc. dos Usuários de Equip. de Process. De Dados e Serviços Correlatos	-	-	-	383	-	2.272
Ultrapar Participações S.A.	-	-	277	1.695	-	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>35.000</b>	<b>3.365</b>	<b>277</b>	<b>2.914</b>	<b>136.456</b>	<b>5.528</b>

	Operações comerciais		Transações	
	Contas a receber (1)	Fornecedores (1)	Receita	Despesas
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	1	-	302
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	601	-	4.342	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	-	-	13.801	-
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	946	-	12.144	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	105	-	2.018
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	3	44.963	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	-	3.846	-
TEAS - Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	-	-	-	6.269
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	300	-	-	-
Serma - Assoc. dos Usuários de Equip. de Process. De Dados e Serviços Correlatos	-	-	-	1.707
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.847</b>	<b>109</b>	<b>79.096</b>	<b>10.296</b>

(1) Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

(2) A Sociedade efetuou um contrato de mútuos no dia 03 de dezembro de 2020 para com a parte relacionada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (“Tequimar Vila do Conde”), o contrato possui prazo indeterminado e respalda o valor de R\$90.000. Até 31 de dezembro de 2020, foram disponibilizados através deste contrato o montante de R\$35.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à prestação de serviços de armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional.

Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias.

**b. Pessoal-chave da administração**

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 6.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 16.b).

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração de curto prazo	4.227	3.524
Remuneração em ações	424	70
Benefício pós-emprego	235	(293)
Total	<u>4.886</u>	<u>3.301</u>

**c. Plano de ações**

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações.

## Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O valor total concedido a executivos até 2020, incluindo encargos tributários, foi R\$ 1.862 (R\$ 4.750 até 2019). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2020 no montante de R\$ 137 (R\$ 347 em 2019) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, um plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Ultrapar mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Ultrapar ou de controladas. As informações contidas nesse plano de remuneração refletem ambos os planos.

Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Ultrapar, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de ações restritas e de performance outorgados. O valor total concedido a executivos até 2020, incluindo encargos tributários foi de R\$ 6.364 (R\$ 3.860 em 2019). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de três a seis anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2020 no montante de R\$ 488 (R\$ 535 em 2019) foi registrada como despesas gerais e administrativas.

**7 Imposto de renda e contribuição social*****a. Imposto de renda e contribuição social diferidos***

A Sociedade reconhece créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de adições temporárias, reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para perda de ativos	9	41
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.302	3.362
Provisão para benefícios pós-emprego	1.099	1.605
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	985	627
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	7.292	7.292
Provisão para diferenças caixa vs. competência	1.089	6
Provisão para Fornecedores	9.961	2.271
Provisão para Bônus / PLR	7.432	4.768
Operações de arrendamento mercantil	6.022	3.170
Total	<u>37.191</u>	<u>23.142</u>
Compensações de saldos passivos	<u>(16.275)</u>	<u>(15.538)</u>
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u><u>20.916</u></u>	<u><u>7.604</u></u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para diferenças caixa vs. competência	173	463
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	14.885	14.885
Reavaliação de imobilizado	1.217	190
Total	<u>16.275</u>	<u>15.538</u>
Compensações de saldos ativos	<u>(16.275)</u>	<u>(15.538)</u>
Saldos líquidos apresentados no passivo	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	7.604	7.826
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	12.828	(1.067)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(226)	845
Outros	<u>710</u>	<u>-</u>
<b>Saldo final</b>	<u><u>20.916</u></u>	<u><u>7.604</u></u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

Até 1 ano	17.885
De 1 a 2 anos	2.759
De 2 a 3 anos	1.776
De 3 a 5 anos	4.698
De 5 a 7 anos	5.752
De 7 a 10 anos	<u>4.321</u>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u><u>37.191</u></u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis do plano de cada segmento da Sociedade, que indica tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, entre outros. O saldo de R\$37.191 foram suportados pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e pelo Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) e aprovado pelo CA da controladora Ultrapar.

**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	205.008	75.771
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(69.703)</u>	<u>(25.762)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis (i)	(991)	(28.365)
Receitas não tributáveis	-	13
Demais ajustes	(304)	926
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(70.998)</u>	<u>(53.188)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE	22.975	8.200
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(48.023)</u>	<u>(44.988)</u>
Corrente	(60.851)	(43.921)
Diferido	12.828	(1.067)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	23,4%	59,4%

(i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, termo de ajustamento de conduta (TAC), doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões.



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***c. Incentivos fiscais – SUDENE**

As seguintes unidades da Sociedade gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<b>Unidades</b>	<b>Incentivo - %</b>	<b>Término</b>
Terminal de Suape <sup>(1)</sup>	75	2020
Terminal de Aratu	75	2022
Terminal de Itaqui	75	2025

<sup>(1)</sup> Com base na legislação em vigor o empreendimento pertence aos setores apontados como prioritários para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Aliado ao histórico bem sucedido do Tequimar no cumprimento dos requisitos para manutenção e renovação do incentivo, bem como no fato de terem sido realizados diversos investimentos na modernização do processo produtivo da unidade objeto do benefício, no terminal de Suape, protocolaremos em 2021 perante a SUDENE pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos. O pedido de renovação é usualmente feito no ano seguinte à expiração do incentivo e gera efeitos retroativos a partir de janeiro do ano em que o pedido é protocolado.

**d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar**

Em 2020 e 2019, a Sociedade não possui prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL para compensar com possíveis lucros tributáveis futuros, portanto não foram constituídos tributos diferidos.

**8 Despesas antecipadas**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Prêmios de seguros	13.993	3.047
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 6.c)	537	409
Manutenção de software	361	541
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 17.a)	2.373	-
Demais encargos a apropriar	154	-
	<u>17.418</u>	<u>3.997</u>
Circulante	16.336	3.737
Não circulante	1.082	260

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***9 Investimentos****a. Sociedades controladas**

A composição e movimentação do investimento em sociedades controladas é demonstrada abaixo:

	<b>TEAS</b>	<b>Tequimar Vila do Conde</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	106.044	-
Aporte de Capital (*)	-	50.258
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3)	(1)
Dividendos acionistas controladores	(583)	(1)
Amortização de mais-valia	(1.053)	-
Equivalência Patrimonial	2.694	6
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>107.099</u>	<u>50.262</u>
Aporte de Capital (*)	-	48.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	36	(5)
Dividendos acionistas controladores	-	(3)
Amortização de mais-valia	(1.053)	-
Equivalência Patrimonial	2.769	(5.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>108.851</u>	<u>92.859</u>

(\*) Aporte de capital para controlada realizar o pagamento das outorgas de concessões portuárias e obras em andamento.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado:

	<u>31/12/2020</u>	
	<b>TEAS</b>	<b>Tequimar Vila do Conde</b>
Ativo circulante	19.100	20.815
Ativo não circulante	34.562	242.413
Passivo circulante	301	29.100
Passivo não circulante	-	141.269
Patrimônio Líquido	53.361	92.859
Receita Líquida	6.366	-
Custos e despesas operacionais	(2.488)	(1.476)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.109)	(3.919)
Lucro (prejuízo) líquido	2.769	(5.395)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	39.897.788	98.258.475
Participação no capital social - %	100	100

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>31/12/2019</b>	
	<b>TEAS</b>	<b>Tequimar Vila do Conde</b>
Ativo circulante	13.807	3.889
Ativo não circulante	36.925	48.324
Passivo circulante	178	1.951
Patrimônio Líquido	50.554	50.262
Receita Líquida	6.269	-
Custos e despesas operacionais	(2.573)	(77)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.002)	83
Lucro (prejuízo) líquido	2.694	6
Quantidade de ações ou cotas possuídas	39.897.788	50.258.474
Participação no capital social - %	100	100

**b. Empreendimentos controlados em conjunto**

A Sociedade participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no porto de Paranaguá.

A composição e movimentação do investimento em empreendimento controlado em conjunto é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446
Equivalência patrimonial	1.370
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	<u>(1.474)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.342</u>
Equivalência patrimonial	<u>392</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>7.734</u></u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado da União Vopak:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ativo circulante	8.510	6.818
Ativo não circulante	9.796	9.182
Passivo circulante	2.838	1.116
Passivo não circulante	-	200
Patrimônio líquido	15.468	14.684
Receita líquida	15.666	15.400
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(14.265)	(12.083)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(617)	(577)
Lucro (prejuízo) líquido	784	2.740
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	29.995
Participação no capital social - %	50	50

**10 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar**

A Sociedade possui contratos de arrendamento de imóveis.

**a. Ativos de direito de uso**

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições e remensurações</b>	<b>Baixas de contratos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
<b>Custo:</b>						
Imóveis	7	324.690	14.212	-	-	338.902
Outros	4	653	2.726	(184)	-	3.195
		<u>325.343</u>	<u>16.938</u>	<u>(184)</u>	<u>-</u>	<u>342.097</u>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Imóveis		(20.474)	-	-	(18.649)	(39.123)
Outros		(194)	-	21	(833)	(1.006)
		<u>(20.668)</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>(19.482)</u>	<u>(40.129)</u>
<b>Cuso Líquido</b>		<u>304.675</u>	<u>16.938</u>	<u>(163)</u>	<u>(19.482)</u>	<u>301.968</u>

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições e remensurações</b>	<b>Baixas de contratos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Custo:</b>						
Imóveis	7	127.670	197.020	-	-	324.690
Outros	4	38	654	(39)	-	653
		<u>127.708</u>	<u>197.674</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>325.343</u>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Imóveis		-	-	-	(20.474)	(20.474)
Outros		-	-	6	(200)	(194)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>(20.674)</u>	<u>(20.668)</u>
<b>Cuso Líquido</b>		<u>127.708</u>	<u>197.674</u>	<u>(33)</u>	<u>(20.674)</u>	<u>304.675</u>

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/12/202</b>	<b>31/12/201</b>
Custos dos serviços prestados	<u>19.482</u>	<u>20.674</u>
	<u>19.482</u>	<u>20.674</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Arrendamentos a pagar**

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	304.172	116.862
Apropriação de juros	25.213	19.602
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(35.755)	(29.932)
Adições e remensurações	16.938	197.674
Baixas de contratos	(166)	(34)
Saldo final	<u>310.402</u>	<u>304.172</u>
Circulante	12.710	10.035
Não Circulante	297.692	294.137

Os desembolsos futuros (contraprestação), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentadas abaixo:

Até 1 ano	37.197
De 1 a 2 anos	34.892
De 2 a 3 anos	30.081
De 3 a 4 anos	29.741
De 4 a 5 anos	29.723
Mais de 5 anos	<u>498.715</u>
	<u>660.349</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas)

**c. Efeitos de inflação**

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativo de direito de uso, líquido</b>		
Base nominal	301.968	304.171
Base inflacionada	<u>449.753</u>	<u>323.212</u>
	49%	25%
<b>Passivo de arrendamento</b>		
Base nominal	310.402	304.675
Base inflacionada	<u>458.188</u>	<u>323.716</u>
	48%	25%
<b>Despesa financeira</b>		
Base nominal	25.213	1.225
Base inflacionada	<u>36.938</u>	<u>1.605</u>
	47%	31%
<b>Despesa de amortização</b>		
Base nominal	19.482	4.232
Base inflacionada	<u>26.136</u>	<u>6.602</u>
	34%	56%

**11 Imobilizado**

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
<b>Custo:</b>							
Adiantamentos fornecedores		-	8.154	-	-	-	8.154
Terrenos		77.964	21.300	-	103	-	99.367
Edificações	34	55.832	-	-	-	-	55.832
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29	256.941	-	-	1.672	(199)	258.414
Máquinas e equipamentos	18	1.006.400	3.195	-	140.760	(498)	1.149.857
Veículos	7	10.936	-	-	117	(3.711)	7.342
Móveis e utensílios	9	7.120	125	-	-	(1.527)	5.718
Obras em andamento	-	130.755	112.433	-	(142.664)	(581)	99.943
Equipamentos de informática	5	19.413	396	-	12	(1.523)	18.298
		<u>1.565.361</u>	<u>145.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.039)</u>	<u>1.702.925</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
Edificações		(20.951)	-	(1.516)	-	-	(22.467)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(78.803)	-	(7.770)	-	199	(86.374)
Máquinas e equipamentos		(491.830)	-	(52.228)	-	285	(543.773)
Veículos		(3.121)	-	(454)	-	1.463	(2.112)
Móveis e utensílios		(4.761)	-	(375)	-	1.449	(3.687)
Equipamentos de informática		(10.879)	-	(2.930)	-	1.524	(12.285)
		<u>(610.345)</u>	<u>-</u>	<u>(65.273)</u>	<u>-</u>	<u>4.920</u>	<u>(670.698)</u>
<b>Provisão para perdas:</b>							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(25)	-	-	-	21	(4)
Máquinas e equipamentos		(43)	-	-	-	5	(38)
		<u>(68)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>(42)</u>
<b>Custo Líquido</b>		<u>954.948</u>	<u>145.603</u>	<u>(65.273)</u>	<u>-</u>	<u>(3.093)</u>	<u>1.032.185</u>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Transferências (i)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Custo:</b>							
Adiantamentos fornecedores	-	454	-	-	(454)	-	-
Terrenos	-	34.544	43.420	-	-	-	77.964
Edificações	34	49.678	438	-	5.716	-	55.832
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30	200.035	1.793	-	55.125	(12)	256.941
Máquinas e equipamentos	18	883.586	10.485	-	112.781	(452)	1.006.400
Veículos	6	9.609	2.415	-	-	(1.088)	10.936
Móveis e utensílios	10	6.834	213	-	74	(1)	7.120
Obras em andamento	-	151.097	153.084	-	(173.426)	-	130.755
Equipamentos de informática	5	18.445	2.322	-	101	(1.455)	19.413
		<u>1.354.282</u>	<u>214.170</u>	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>(3.008)</u>	<u>1.565.361</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
Edificações		(19.712)	-	(1.426)	187	-	(20.951)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(72.256)	-	(6.370)	(184)	7	(78.803)
Máquinas e equipamentos		(445.382)	-	(46.771)	(52)	375	(491.830)
Veículos		(2.688)	-	(881)	-	448	(3.121)
Móveis e utensílios		(4.360)	-	(403)	-	2	(4.761)
Equipamentos de informática		(9.507)	-	(2.867)	48	1.447	(10.879)
		<u>(553.905)</u>	<u>-</u>	<u>(58.718)</u>	<u>(1)</u>	<u>2.279</u>	<u>(610.345)</u>
<b>Provisão para perdas:</b>							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(26)	-	-	-	1	(25)
Máquinas e equipamentos		(49)	-	-	-	6	(43)
		<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>(68)</u>
<b>Cuso Líquido</b>		<u>800.302</u>	<u>214.170</u>	<u>(58.718)</u>	<u>(84)</u>	<u>(722)</u>	<u>954.948</u>

i) Refere-se aos valores transferidos para o intangível.

As benfeitorias em imóveis de terceiros e obras em andamento referem-se, substancialmente, às construções e infraestruturas realizadas nos portos e terminais operados pela Sociedade.

As despesas de depreciações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Despesas gerais e administrativas	-	18
Custo dos serviços prestados	<u>65.273</u>	<u>58.700</u>
	<u>65.273</u>	<u>58.718</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***12 Intangível**

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Custo:						
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)		254.870	-	-	-	254.870
Software (b)	5	20.133	5.582	-	(3.337)	22.378
		<u>275.003</u>	<u>5.582</u>	<u>-</u>	<u>(3.337)</u>	<u>277.248</u>
Amortização acumulada:						
Software		(15.070)	-	(1.578)	3.337	(13.311)
		<u>(15.070)</u>	<u>-</u>	<u>(1.578)</u>	<u>3.337</u>	<u>(13.311)</u>
Cuso Líquido		<u>259.933</u>	<u>5.582</u>	<u>(1.578)</u>	<u>-</u>	<u>263.937</u>

  

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Transferências (i)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Custo:							
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)		254.870	-	-	-	-	254.870
Software (b)	5	20.122	617	-	84	(690)	20.133
		<u>274.992</u>	<u>617</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>(690)</u>	<u>275.003</u>
Amortização acumulada:							
Software		(13.416)	-	(1.654)	-	-	(15.070)
		<u>(13.416)</u>	<u>-</u>	<u>(1.654)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.070)</u>
Cuso Líquido		<u>261.576</u>	<u>617</u>	<u>(1.654)</u>	<u>84</u>	<u>(690)</u>	<u>259.933</u>

(i) Refere-se aos valores transferidos do imobilizado.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Custo dos serviços prestados	1.578	1.654
	<u>1.578</u>	<u>1.654</u>



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***a. Ágio**

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições já incorporadas pela sociedade:

	31/12/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de:		
União Terminais	211.089	211.089
Temmar	43.781	43.781
	<u>254.870</u>	<u>254.870</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2020 são de 8,5% e 0% a 3% a.a., dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2021 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

Novos investimentos: para 2021 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. A Sociedade deverá investir R\$ 359.922 na expansão do terminal de Itaqui e construção do terminal Vila de Conde, com conclusões previstas para 2021, e na melhoria contínua da segurança e da infraestrutura dos terminais.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Software**

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos sistemas utilizados pela Sociedade, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, gerenciamento operacional de armazenagem, entre outros.

**13 Financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros de proteção****a. Composição**

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em	
				31/12/2020 – % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 1ª emissão (d)	92.541	89.278	R\$	6,5	2024
BNDES (c)	-	7.743	TJLP (i)		2021 a 2023
Banco do Nordeste do Brasil (b)	-	10.039	R\$		2021
BNDES (c)	-	13	R\$		2021
Total moeda nacional	<u>92.541</u>	<u>107.073</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>48</u>	<u>-</u>			
Total moeda nacional	<u>92.589</u>	<u>107.073</u>			
Circulante	561	10.138			
Não Circulante	92.028	96.935			

(i) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2020, a TJLP estava fixada em 4,55% a.a.

A movimentação dos financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.771
Captações com efeito caixa	89.308
Apropriação de juros	2.536
Pagamento de principal	(10.014)
Pagamento de juros	(1.868)
Variação monetária	37
Variação de valor justo	(697)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>107.073</u>
Apropriação de juros	6.843
Pagamento de principal	(17.780)
Pagamento de juros	(6.720)
Variação de valor justo	3.125
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>92.541</u>

## Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
De 1 a 2 anos	(138)	6.349
De 2 a 3 anos	(138)	922
De 3 a 4 anos	92.304	484
De 4 a 5 anos	-	89.180
	<u>92.028</u>	<u>96.935</u>

#### **b. Banco do Nordeste do Brasil**

A Sociedade possuía contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil no valor principal total de R\$ 10 milhões, com taxa pré-fixada de 10% a.a. paga mensalmente, sobre a qual incidiu bônus de adimplência de 15%. Os recursos eram provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”) e foram utilizados para financiar a construção do terminal portuário em Itaqui em São Luís-MA. O financiamento possuía vencimento em setembro de 2021.

Em novembro de 2020, a Sociedade liquidou antecipadamente o financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

#### **c. BNDES**

A Sociedade possuía financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados.

A Sociedade liquidou antecipadamente a totalidade de tais empréstimos em 2020.

#### **d. Debêntures**

Em novembro de 2019, a Sociedade efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Sociedade designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***e. Garantias**

Os financiamentos e debêntures estão garantidos por avais e notas promissórias no montante de R\$ 92.541 em 2020 (R\$ 107.073 em 2019).

**f. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 2020 não foram incorridos custos de transação. O saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 538 (R\$ 733 em 2019) e o montante amortizado no exercício foi de R\$ 195 (R\$ 57 em 2019).

**14 Fornecedores**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Fornecedores nacionais	71.617	32.136
Partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6.a)	<u>2.914</u>	<u>109</u>
	<u><u>74.531</u></u>	<u><u>32.245</u></u>

**15 Salários e encargos sociais**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Participação nos lucros, bônus e prêmios	21.860	14.023
Provisões sobre folha de pagamento	11.812	9.529
Encargos sociais	5.066	4.864
Outros	<u>303</u>	<u>283</u>
	<u><u>39.041</u></u>	<u><u>28.699</u></u>

**16 Obrigações tributárias**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
ISS	2.341	3.803
PIS e COFINS	3.891	4.476
INSS	638	812
Outros	<u>690</u>	<u>579</u>
	<u><u>7.560</u></u>	<u><u>9.670</u></u>

**17 Benefícios a empregados e plano de previdência privada*****a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar***

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Ultrapar aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Ultrapar e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Ultrapar e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria.

Em maio de 2020, o Conselho Deliberativo da Ultraprev aprovou a utilização do fundo de reversão no montante de R\$ 3.341 sendo R\$ 968 utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras. O saldo de R\$ 2.373 em 31 de dezembro de 2020 será utilizado num período de 24 meses.

Em 2020, a Sociedade contribuiu com R\$ 1.677, incluindo a utilização do fundo de reversão de R\$ 959 (R\$ 1.635 em 2019) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2020 atingiu 647 participantes ativos e 13 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 1 ex-funcionário recebendo benefício conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

***b. Benefícios pós-emprego***

A Sociedade reconhece provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço e indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2020.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Indenização do FGTS	1.799	2.502
Gratificação por tempo de serviço	-	2.218
Total	<u>1.799</u>	<u>4.720</u>
Circulante	251	231
Não circulante	1.548	4.489

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	4.720	5.107
Custo dos serviços correntes	(2.230)	(442)
Custo dos juros	313	368
Despesa do exercício	(1.917)	74
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(626)	2.484
Transferência entre empresas do Grupo	(378)	-
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade	-	(2.797)
Saldo final	<u>1.799</u>	<u>4.720</u>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
	<b>% a.a</b>	<b>% a.a</b>
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,22	8,79
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	4,33	7,64
Taxa de inflação (longo prazo)	3,25	3,80

## 18 Provisões e contingências

### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

	<b>Saldo em</b>				<b>Saldo em</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Atualizações</b>	<b>31/12/2020</b>
Trabalhistas (a.1)	6.138	1.647	(3.412)	1.080	5.453
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2)	1.199	13	(397)	187	1.002
Tributárias e previdenciárias (a.3)	2.896	160	(34)	440	3.462
	<u>10.233</u>	<u>1.820</u>	<u>(3.843)</u>	<u>1.707</u>	<u>9.917</u>
Circulante	1.281				1.143
Não Circulante	8.952				8.774

## Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributários	3.246	2.748
Trabalhistas	2.868	4.088
Cíveis e outros	750	738
Total – ativo não circulante	<u>6.864</u>	<u>7.574</u>

#### ***a.1 Provisões trabalhistas***

A Sociedade mantém provisão de R\$ 5.453 em 2020 (R\$ 6.138 em 2019) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

#### ***a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias***

A Sociedade possui provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 1.002 em 2020 (R\$ 1.199 em 2019).

#### ***a.3 Provisões tributárias e previdenciárias***

A Sociedade impetrou mandado de segurança objetivando afastar a exigência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias. Após a decisão favorável ainda vigente, a Sociedade passou a não recolher as contribuições sobre a referida verba e vem constituindo provisões mensais, que alcançam o montante de R\$ 3.152 (R\$ 2.717 em 2019).

Em 31 agosto de 2020, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias. O processo aguarda julgamento dos embargos de declaração apresentados com o fim de modular os efeitos da decisão do STF.

A Sociedade ressalta ser possível que a decisão final do STF interfira no julgamento de seu processo, que ainda não transitou em julgado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade é parte em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50% ou menos) pelo departamento jurídico baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, o montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 50.854 (R\$ 82.191 em 2019).

**b.1 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias**

Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da Sociedade. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A Sociedade discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a Sociedade firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da Sociedade, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Sociedade acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então a Sociedade deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 4.428 (R\$ 11.403 em 31 de dezembro de 2019).

Em 2019 a sociedade realizou o reconhecimento dos saldos mencionados acima como passivos financeiros, os quais foram parcialmente quitados no exercício de 2019 e 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo residual para pagamento é de R\$ 22.411 (R\$ 44.971 em 31 de dezembro de 2019).



## ***b.2 Passivos contingentes tributários***

A Sociedade possui mandado de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, a sociedade aguarda o efetivo trânsito em julgado da decisão para mensurar o benefício econômico a ser obtido.

## **19 Patrimônio líquido**

### ***a. Capital social***

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 75.383.776 ações, sendo 61.302.780 ordinárias e 14.080.996 preferenciais, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2020 houve aumento de capital com reservas de incentivos fiscais no montante de R\$ 14.767 (R\$ 8.806 em 2019).

### ***b. Instrumento patrimonial outorgado***

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da controladora Ultrapar mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 6.c).

### ***c. Reservas de lucros***

#### ***c. 1 Reserva legal***

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

#### ***c. 2 Reserva de retenção de lucros***

É constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***d. Ajustes de avaliação patrimonial**

1. Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

2. As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.

**e. Dividendos e destinação do resultado do exercício**

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas.

Às ações preferenciais são assegurados dividendos não cumulativos de 6% ao ano sobre o seu valor unitário, bem como a distribuição de um novo dividendo adicional se às ações ordinárias forem distribuídos dividendos de percentual superior ao da distribuição já feita.

Foram destinados R\$ 31.010 à reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuído, sendo que tais dividendos serão pagos aos acionistas quando a situação financeira da Sociedade assim permitir.

A proposta de distribuição de lucros é assim demonstrada:

	<b>31/12/2020</b>
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Lucro líquido do exercício atribuível a Sociedade	154.751
Reserva legal (5% do lucro líquido)	7.738
Constituição da reserva de incentivos fiscais	22.975
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	<u>124.038</u>
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	31.010
Reserva legal (5% do lucro líquido)	7.738
Reserva de incentivos fiscais	22.975
Reserva de retenção de lucros	93.028
Total da destinação do lucro líquido	<u>154.751</u>
<u>Distribuição de dividendos por classe de ação</u>	
Dividendos a pagar para ações ordinárias (R\$ 0,362122 por ação)	22.199
Dividendos a pagar para ações preferenciais (R\$ 0,625702 por ação)	8.811
Total da distribuição	<u><u>31.010</u></u>

## Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.370
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais do ano anterior	40
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	6.228
Pagamentos	<u>(22.370)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>6.268</u>
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais do ano anterior	2.491
Pagamentos	<u>(8.627)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>132</u>

### 20 Receita de serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços prestados bruta	742.551	625.039
Abatimentos e descontos	(573)	-
Impostos sobre vendas	<u>(97.801)</u>	<u>(84.281)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>644.177</u>	<u>540.758</u>

### 21 Despesas por natureza

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	176.584	155.330
Matéria prima e materiais de uso e consumo	110.895	95.812
Depreciação e amortização	63.224	60.373
Amortização de direito de uso	19.482	20.674
Serviços prestados por terceiros	32.013	40.278
Aluguel de imóveis e equipamentos	1.940	7.387
Seguro - incêndio	19	4.959
Energia elétrica, água e esgoto	178	8.795
Imposto Predial e Territorial	152	1.398
Outras despesas	<u>2.839</u>	<u>7.887</u>
Total	<u>407.326</u>	<u>402.893</u>
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	273.428	266.241
Despesas com vendas e comerciais	7.278	8.684
Despesas gerais e administrativas	<u>126.620</u>	<u>127.968</u>
Total	<u>407.326</u>	<u>402.893</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***22 Resultado na venda de bens**

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 1.433 em 2020 (perda de R\$ 807 em 2019) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

**23 Outros resultados operacionais, líquidos**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Sinistro - incêndio em Santos	(4.139)	(3.733)
Termo de Ajustamento de Conduta - Tequimar	-	(65.539)
Créditos fiscais extraordinários <sup>(1)</sup>	11.742	7.331
Doações Covid-19 <sup>(2)</sup>	(3.050)	-
Outros	<u>501</u>	<u>106</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>5.054</u></u>	<u><u>(61.835)</u></u>

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 5).

<sup>(2)</sup> Referem-se a valores referentes as doações de equipamentos e leitos hospitalares nos estados do Maranhão e Pará para combate a COVID-19, além da doação de 3 mil cestas básicas para as comunidades carentes vizinhas do terminal.

**24 Resultado financeiro**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	2.097	6.545
Juros de clientes	518	318
Atualizações de provisões, líquidas, e outras receitas	<u>-</u>	<u>5.833</u>
	<u>2.615</u>	<u>12.696</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(1.001)	(1.869)
Juros sobre debêntures	(5.860)	(667)
Marcação a mercado dos empréstimos	2.708	697
Juros sobre arrendamento	(25.213)	(19.602)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.401)	(1.223)
Variações cambiais e monetárias	203	37
Juros capitalizados	2.015	10.391
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	<u>(9.900)</u>	<u>-</u>
	<u>(38.449)</u>	<u>(12.236)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>(35.834)</u></u>	<u><u>460</u></u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***25 Lucro por ação**

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação. Não existe diferença entre o lucro básico e diluído por ação em todos os exercícios apresentados.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro líquido da Sociedade	154.751	34.853
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	75.384	75.384
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u>2,05</u>	<u>0,46</u>

**26 Informações relativas à área geográfica**

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, através de prestação de serviços para clientes estrangeiros no Brasil, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Receita líquida de serviços prestados:		
Brasil	592.889	519.111
Estados Unidos e Canadá	19.231	6.398
Europa	32.057	15.249
Total	<u>644.177</u>	<u>540.758</u>

**27 Riscos e instrumentos financeiros*****a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança***

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo CA da Ultrapar (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- (i) A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(ii) O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

(iii) A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

### ***b. Risco de moedas***

A maior parte das operações da Sociedade, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade utiliza instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

#### ***b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira***

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos em moeda estrangeira:		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	2.353
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	1.398	2.623
Posição líquida ativa total	<u>1.398</u>	<u>4.976</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.957</u>	<u>-</u>
Posição líquida ativa – efeito no resultado	3.355	4.976

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 3.355 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020:

<u>Risco</u>		<u>Cenário I</u> Base	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
Efeito no resultado	Depreciação do Real	336	839	1.678
Efeito no resultado	Apreciação do Real	(336)	(839)	(1.678)

A tabela abaixo demonstra em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 4.976 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

<u>Risco</u>		<u>Cenário I</u> Base	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
Efeito no resultado	Depreciação do Real	452	1.131	2.262
Efeito no resultado	Apreciação do Real	(452)	(1.131)	(2.262)

**c. Risco de juros**

A Sociedade adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 3. As captações são principalmente oriundas de financiamentos de debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes**

Os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>DI</b>			
Equivalentes de caixa	3.a	20.447	11.336
Aplicações financeiras	3.b	38.999	47.925
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	26.g	(90.195)	(90.390)
<b>Posição líquida ativo em DI</b>		<u>(30.749)</u>	<u>(31.129)</u>
<b>TJLP</b>			
Financiamentos - TJLP	13.a	-	(7.743)
<b>Posição líquida passiva em TJLP</b>		<u>-</u>	<u>(7.743)</u>
<b>Posição líquida ativo total exposto a juros pós fixados</b>		<u>(30.749)</u>	<u>(38.872)</u>

**c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes**

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa incremental e a redução de receita que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

	Risco	31/12/2020		
		Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	222	556	1.112
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção à dívidas		(347)	(720)	(1.340)
<b>Despesa incremental</b>		<u>(125)</u>	<u>(164)</u>	<u>(228)</u>
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(19)	(47)	(93)
<b>Despesa incremental</b>		<u>(19)</u>	<u>(47)</u>	<u>(93)</u>



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Risco	31/12/2019		
		Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	(273)	(682)	(1.365)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção à dívidas		(34)	(84)	(169)
<b>Despesa incremental</b>		<b>(307)</b>	<b>(766)</b>	<b>(1.534)</b>
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(36)	(90)	(180)
<b>Despesa incremental</b>		<b>(36)</b>	<b>(90)</b>	<b>(180)</b>

***d. Risco de crédito***

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº3) e contas a receber (vide nota explicativa nº4).

***d.1 Risco de crédito de instituições financeiras***

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade por insolvência. A Sociedade executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

***d.2 Risco de crédito de governos***

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

	Valor Justo	
	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Rating de crédito da contraparte</u></b>		
AAA	73.354	68.059
AA	85	-
<b>Total</b>	<b>73.439</b>	<b>68.059</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***d.3 Risco de crédito de clientes**

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pela Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. A Sociedade solicita garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda.

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	0,0%	25.323	-	0,0%	27.161	-
< 30 dias	0,0%	2.851	-	0,0%	7.727	-
31 a 60 dias	0,0%	2.365	-	0,0%	26	-
61 a 90 dias	0,0%	2.259	-	0,0%	135	-
91 a 180 dias	0,0%	760	-	0,0%	53	-
> 180 dias	128,3%	1.271	1.631	124,1%	1.613	2.001
		<u>34.829</u>	<u>1.631</u>		<u>36.715</u>	<u>2.001</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 4.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***e. Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade examina, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade acredita possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais.

O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 5.849 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 13). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2021 totaliza R\$ 359.922. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possuía R\$ R\$ 73.439 em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 3).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 da Sociedade, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Total</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	115.862	5.849	11.705	98.308	-
Fornecedores	74.531	74.531	-	-	-
Arrendamentos a pagar	660.349	37.197	64.973	59.464	498.715

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período, (i) IPCA de 3,6% em 2021, 3,3% em 2022 e 3,0% a partir de 2023; (ii) DI de 2,29% para 2021, 3,74% para 2022 e 4,84% para 2023; (iii) IGP-M de 4,79% em 2021, 4,02% em 2022, 3,25% a partir de 2023.<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***f. Gestão de capital**

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 3), financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 13). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

**g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade pode utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade utiliza a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade:

**Designados - Hedge Accounting**

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) <sup>1</sup>		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Swap de Juros	Dívida	6,47%	99,9% DI	nov-24	R\$ 90.000	R\$ 90.000	3.498	584
							3.498	584

**Não designados - Hedge Accounting**

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) <sup>1</sup>		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-21	USD 377	-	(47)	-
							(47)	-

<sup>1</sup> Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)****h. Contabilidade de proteção (hedge accounting) – Hedge de valor justo***

A Sociedade designa como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2020	31/12/2019
Valor nocional – R\$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	6.528	584
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	3.250	(307)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(8.968)	(390)
Custo médio efetivo - % do DI	99,94	99,94

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 13.d

***i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção***

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade.

	31/12/2020	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(47)	-
b - Swaps de juros em Reais	9.134	-
<b>Total</b>	<b>9.087</b>	<b>-</b>

  

	31/12/2019	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(390)	-
<b>Total</b>	<b>(390)</b>	<b>-</b>

(i) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais

***j. Valor justo dos instrumentos financeiros***

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	10.575	10.575	8.214	8.214
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.a	20.447	20.447	11.336	11.336
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	38.999	38.999	41.993	41.993
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.b	-	-	2.507	2.507
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Custo amortizado	3.b	-	-	3.426	3.426
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	3.418	3.418	584	584
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4	33.198	33.033	34.714	34.478
<b>Total</b>			<u>106.637</u>	<u>106.472</u>	<u>102.774</u>	<u>102.538</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos e debêntures	Custo amortizado	13.a	92.541	92.541	107.073	107.493
Instrumentos de proteção cambial e juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	13.a	48	48	-	-
Fornecedores	Custo amortizado		74.531	72.330	32.245	31.633
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	10	310.402	310.402	304.172	304.172
<b>Total</b>			<u>167.120</u>	<u>164.919</u>	<u>139.318</u>	<u>139.126</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade pode utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 3). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)****j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros***

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade:

	<b>Categoria</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	10.575	10.575	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.a	20.447	-	20.447
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	38.999	38.999	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	3.418	-	3.418
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4	33.033	-	33.033
<b>Total</b>			<u>106.472</u>	<u>49.574</u>	<u>56.898</u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Debêntures	Custo amortizado	13.a	92.541	-	92.541
Instrumentos de proteção cambial e juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	13.a	48	-	48
Fornecedores	Custo amortizado		72.330	-	72.330
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	10	310.402	-	310.402
<b>Total</b>			<u>164.919</u>	<u>-</u>	<u>164.919</u>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Categoria</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	8.214	8.214	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.a	11.336	-	11.336
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	41.993	41.993	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.b	2.507	-	2.507
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Custo amortizado	3.b	3.426	-	3.426
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	584	-	584
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4	34.478	-	34.478
<b>Total</b>			<u>102.538</u>	<u>50.207</u>	<u>52.331</u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Financiamentos e debêntures	Custo amortizado	13.a	107.493	-	107.493
Fornecedores	Custo amortizado		31.633	-	31.633
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	10	304.172	-	304.172
<b>Total</b>			<u>139.126</u>	<u>-</u>	<u>139.126</u>

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

**k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2020 para os vencimentos de cada Swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário base. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário base.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2020		Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures</b>					
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa	(2)	(492)	(981)	
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	2	492	981	
<b>(1) + (2)</b>		-	-	-	
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>					
(3) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	18.640	(1.951)	2.745	
(4) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(18.640)	1.951	(2.745)	
<b>(3)+(4)</b>	Efeito líquido	-	-	-	
31/12/2019		Risco	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures</b>					
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa	114	6.076	12.573	
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	(114)	(6.076)	(12.573)	
<b>(1) + (2)</b>		-	-	-	

**28 Compromissos****a. Contratos**

A Sociedade possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	397.000 ton.	2031
Itaqui	1.222.377 m <sup>3</sup>	2049

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2020, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,67 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,78 por m<sup>3</sup> para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato

### ***b. Cobertura de seguros***

A Sociedade está amparada por apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo os terminais e filiais. O valor máximo indenizável, com base na análise de risco de determinados locais é de R\$ 1.000 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 250 milhões (equivalentes a R\$ 1.299 milhões em 31 de dezembro de 2020), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 416 milhões em 31 de dezembro de 2020), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, riscos cibernéticos, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

### ***c. Concessões portuárias***

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m<sup>3</sup>. A área será operada pela Sociedade por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde (vide nota explicativa nº 9.b). Os investimentos estimados em relação à participação da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 306 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

## **29 Eventos subsequentes**

### ***a. Esclarecimentos sobre o incidente cibernético***

A Sociedade sofreu em 11 de janeiro de 2021 um ataque cibernético do tipo *ransomware* em seu ambiente de tecnologia da informação.

Como medida preventiva, a Sociedade interrompeu seus sistemas, afetando parcialmente, por um curto intervalo de tempo, as operações de suas controladas. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle para sanar o ocorrido e, a partir de 14 de janeiro de 2021, os sistemas operacionais da Sociedade e de suas controladas começaram a ser gradualmente restabelecidos, com cautela e segurança, conforme ordem de prioridade e relevância de cada processo afetado. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, todos os sistemas críticos de informação da Sociedade e de suas controladas encontram-se em pleno funcionamento.

Durante as investigações em curso, a Sociedade identificou cópia não autorizada e divulgação de certos dados e está apurando a quantidade de informações exfiltradas e/ou divulgadas, bem como a existência de impactos sobre seus negócios e terceiros, a fim de adotar as medidas cabíveis.

De acordo com a apuração feita até esta data, a Sociedade não espera efeitos relevantes nos seus resultados em decorrência deste incidente. A Sociedade possui apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos, a qual já foi devidamente acionada.

### ***b. Emissão de R\$360 milhões em Debêntures***

Em 19 de Março de 2021 a controlada Tequimar Vila do Conde captou recursos referentes à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única no montante de R\$360 milhões, com vencimento em 15 de Março de 2028 e encargos financeiro de IPCA + 4,04% a.a., pagos semestralmente.

### ***c. Emissão de R\$100 milhões em Debêntures***

Em 26 de Março de 2021 a Sociedade captou recursos referentes à segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única no montante de R\$100 milhões, com vencimento em 15 de Março de 2028 e encargos financeiro de IPCA + 4,37% a.a., pagos semestralmente. A Companhia contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 111,4% do DI.